# POLÍTICAS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, CONCEPÇÕES E CONCEITOS: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS PRODUZIDOS DE 2017 A 2020

Jorge Eto (UNIVAG/UFMT) jorgeto@alumni.usp.br
Jaqueline Mendes da Silva (IFMT) jaqueline.mendes1982@hotmail.com
Veronica Ramos de Assis Rocha (SEDUC) veronica.assis@educacao.mt.gov.br

GT 10 – Ensino, Currículo e Organização Escolar

**RESUMO**
Pretendeu-se com o estudo analisar as produções de três anos na base de dados da Capes que versam sobre políticas de currículo. A pesquisa caracteriza-se com viés bibliográfico e trata-se de uma revisão integrativa. Foram selecionados 9 artigos publicados em revistas com Qualis A1, A2, B1 dos últimos três anos. Foi possível, pelas análises, identificar que os trabalhos sobre políticas curriculares versam sobre os seguintes temas: BNCC, o Plano Nacional de Educação, Medida Provisória nº 746, sobre vinte anos das políticas nacionais em Educação Física, a terceirização da Educação Física e o predomínio epistemológico da Psicologia numa proposta curricular de Educação Física. Os artigos têm as vertentes críticas e pós-críticas no tocante as teorias curriculares.
**Palavras-chave:** Currículo. Políticas de currículo. Educação Física.

## 1.Introdução

Após a redemocratização da década de 1980, foi concebida uma abertura política que possibilitou dar voz a todos cidadãos, vozes anteriormente silenciadas pela ditadura militar puderam soar e ser destoante, discordante ou até mesmo em descompasso com os ditames do Estado. As produções que tratam na área da Educação também seguiram esse movimento democratizante, pois passaram a coabitar (em conflito) e circular em artigos, dissertações e teses, pós 1980, ideários conservadores/liberais e outros transformadores/sociais.

No contexto das produções sobre currículo é comum em suas entrelinhas ou mesmo de maneira explicita a presença de vertentes das teorias conservadoras, críticas e pós-críticas, sendo que as conservadoras se colocam na manutenção da organização social e as críticas e pós-críticas se comprometem com a justiça social, o diálogo e a equidade. Assim, emerge a seguinte indagação: quais as concepções e conceitos permeiam os artigos sobre políticas de currículo da base de dados Capes no período de 2017 a 2020?

## 2.Políticas de Currículo

Dentre os âmbitos de estudo que o currículo pode trazer se tem o das políticas de currículo que compreende os processos decisórios na sua constituição. Por exemplo, ao optar por um tipo de avaliação, essa ou aquela disciplina e os significados construídos são aspectos políticos e consequentemente decisórios que envolvem amplas e potencializadas correlações de forças entre vários grupos culturais, tendo em vista a possibilidade de as diversas culturas serem representadas no ambiente escolar. Há de se verificar que o trato político se dá na perspectiva micro, ou seja, no interior da escola bem como em esferas macro que notadamente se consolidam por meio de documentos estatais e fica evidente que tanto as políticas no micro impactam as do macro como vice versa.

Para Oliveira e Destro (2005), a política curricular se dá pela tensão entre diferentes protagonistas que querem fazer valer no currículo os seus projetos culturais/sociais interessados na produção, circulação e consolidação de significados no interior da escola a seu favor.

O embate político curricular se dará tendo como cerne as identidades a serem formadas pelos currículos e como essas reforçam ou colocam em xeque determinados grupos culturais. Outro fato que compreende uma política de currículo são as dimensões que a mesma compreende, são elas, a construção de uma política curricular, a implementação e a avaliação. No que tange a implementação de uma política curricular, nem sempre o que se pensou, o que se colocou no papel é o que se dá na prática, pois no interior da escola as políticas são recebidas, aceitas, reposicionadas ou negadas, portanto, mesmo após toda uma luta para se desenhar um currículo, não é garantido que ele se desenvolva como o estabelecido, pois ao ser colocado em operação por professores e alunos há outros conflitos que se dão na implementação. Macedo (2013) afirma que nas políticas de currículo se tem uma dimensão formal que se refere a atos normativos e instituições e soma-se a essa dimensão a do currículo político que faz de cada envolvido um ator na produção da política curricular.

Macedo (2006) explica que não é o binarismo simples de aceitar ou resistir que se pode compreender uma política, pois nos espaços criados entre aceitar e resistir se originam interpenetrações, mesclas que não se colocam em nenhuma das polarizações. Comumente se têm as falas de gestores e professores “temos que adaptar para a nossa realidade”, ou seja, ressignificar, remodelar, reposicionar para a cultura em que se vive.

Fatores políticos ideológicos que permeiam as sociedades democráticas são elementos decisórios no currículo, pois eles demonstram os grupos culturais presentes (ou ausentes) e suas expressões, assim principalmente nos documentos oficiais é fácil notar de que maneira se pretende formar a identidade dos alunos e com quais intenções. Também nesse contexto, a resistência dos grupos marginalizados é declarada e tenta subverter a ordem e os indicativos legais impostos pelos grupos hegemônicos.

## 3.Políticas Curriculares de Estado

São compreendidas como política curricular de Estado todas as normativas emitidas pelos municípios, estados e governo federal que tenham como foco as escolas e seus processos didáticos. As políticas curriculares de Estado normatizam questões que envolvem a formação dos alunos desde conteúdos a serem desenvolvidos até as metodologias que serão colocadas em voga, também outros elementos são colocados no escopo das políticas curriculares de Estado, tais como, financiamento educacional, gestão e formação de professores. Para Oliveira et al. (2012), as políticas curriculares de Estado não são criadas sozinhas pelo Estado, mas são constituídas em meio a guerra de forças e negociações de diferentes movimentos sociais e se materializam em forma de normativas legais.

Lopes (2004) afirma que as políticas curriculares de Estado têm grande importância para a consolidação dos ditames sociais de quem governa. Assim as mudanças curriculares propostas sempre têm em vista reformas amplas e com abrangência e impacto em outras esferas para além do âmbito educacional. O poder central do Estado ao manejar as políticas curriculares intenta formar as identidades alinhadas ao projeto de sociedade idealizado. Essas identidades são apoiadas por quem se afina com elas e colocadas como modelo e questionadas pelos diferentes, os quais se colocam como grupos marginalizados.

As políticas curriculares também apresentam segundo Macedo (2006), uma cultura da performatividade ligada aos desempenhos que podem ser medidos e é sustentada pelos currículos baseados em competências. Cultura essa que engendra no âmbito da escola a competitividade, seletividade e a produção. Dessa maneira os melhores currículos são aqueles com melhores desempenhos nas avaliações propostas pelo mercado.

Defende-se que as políticas curriculares de Estado não apresentem a visão míope das identidades oriundas dos grupos melhores posicionados socialmente representados pelo

homem branco, católico ou evangélico e heterossexual, mas sim que permita que outras culturas possam ter voz e vez dentro do espaço escolar.

## 4.Metodologia

A presente pesquisa, de cunho bibliográfico, envolve a obtenção de dados descritivos em artigos alocados na plataforma Capes que abordam políticas de currículo e concepções, buscando conhecê-los no campo das produções científicas.

Para tal, optou-se por realizar a coleta de dados por meio de uma revisão integrativa, que se caracteriza por seis etapas sequenciais apresentadas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): a primeira etapa trata-se da identificação do tema e definição do problema de interesse. No caso deste estudo o tema foi definido como "Políticas Curriculares, concepções e conceitos produzidos".

Após essa primeira fase concluída passou-se à segunda, que se refere à definição dos critérios de inclusão e exclusão para busca da literatura. Nesse estudo, os critérios definidos foram: pesquisas contidas na base de dados Capes com Qualis A1, A2 e B1, por meio das palavras-chave: currículo e Educação Física e um recorte temporal de artigos produzidos nos três anos de agosto de 2017 a agosto de 2020 independentes do idioma do mesmo, desde que dialogue sobre o tema. Nesse momento, foram encontrados cento e oitenta artigos, entretanto, fazendo a leitura do título e resumo, alguns destes textos foram excluídos, pois não coadunavam com o objetivo do estudo. Após essa etapa concluída, chegou-se ao total de nove estudos, e com isso, passou-se para a terceira etapa que se refere à definição das informações a serem extraídas das literaturas selecionadas. Estas foram lidas, fichadas e categorizadas com as seguintes informações: título da obra, autores, ano de publicação, sujeitos, objetivos da pesquisa, metodologia, considerações finais e concepção de currículo e outras correlatas pelos autores da obra.

A etapa seguinte tratou da avaliação dos dados obtidos. Nessa etapa os pesquisadores analisaram de maneira minuciosa e crítica, buscando as informações que expliquem tais resultados de cada pesquisa. Já a quinta etapa, realizou-se a interpretação dos resultados, que se buscou discutir os achados comparando com os conhecimentos teóricos pertinentes a área e encontrando lacunas referentes aos estudos publicados sobre currículo e os participantes do processo. E por fim, mas não menos importante, passou-se para a sexta etapa, que tratou da

apresentação dos resultados obtidos por meio de categorias de acordo com temas encontrados na revisão.

**5.Dados**

Periódico: Revista Brasileira de Ciências do Esporte

Título: Incoerências e inconsistências da BNCC de educação física

Ano da Publicação: 2018

O artigo tem como objetivo analisar a BNCC à luz das teorias de currículo, buscando problematizar sua implantação sem a devida criticidade. No texto o currículo é produção discursiva que gera significados e regimes de verdade, imerso em relações de poder. (Silva, 2011)

Nas considerações finais se tem que a BNCC é um texto que traz a vertente ideológica contida na teoria tradicional de currículo com um apelo tecnocrático e em ressalte a ausência de criticidade, considerada. Uma investida dos grupos conservadores. O alento é que felizmente os professores no contexto das suas práticas reescrevem as propostas oficiais.

Periódico: Movimento

Título: Políticas de currículo da educação física e a constituição dos sujeitos

Ano de Publicação: 2017

O artigo teve como objetivo examinar o discurso sobre a educação física materializada em três documentos curriculares da rede de ensino municipal de Sorocaba-SP. As concepções presentes no texto são de currículo como prática discursiva e o que importa saber é como são formados os discursos e quais correlações de forças existente no currículo (SILVA, 2002). Outra concepção presente é de enunciado, e o enunciado tem a características de ser descrita as condições de sua existência, suas regras e suas correlações com outros enunciados (Foucault, 2000) e ainda se tem a formação discursiva como possibilidade de descrição de vários enunciados que determinam uma regularidade e um sentido entre eles (FOUCAULT, 2000).

Por fim o autor afirma que nos documentos estudados se apresentam uma mistura de currículos, psicomotor, desenvolvimentista, esportivo e saudável, como se fosse possível misturá-los e aproveitar o que cada um tem de melhor. Nesse sentido o questionamento que fica é "qual seriam os sujeitos que esses currículos querem formar, pois as bases teóricas apresentam aspectos ideológicos por vezes conflitantes". Um ponto comum entre os documentos é a criticidade. Ressalta-se que o currículo é aquilo que o professor coloca em prática e não o documento recebido, assim pode ser desviado, subvertido, contestado.

Periódico: Ensino em Revista

Título: A formação escolar e o componente curricular: a educação física em tempos de capitalismo mundial integrado

Ano de publicação: 2018

O objetivo do estudo foi analisar criticamente a proposição e a implementação do documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica- BNCC e teve como principal pressuposto teórico a Educação física progressista que estabelece uma crítica na formação cultural dos sujeitos nas sociedades capitalistas, tendo como foco as questões de dominância e classes sociais (GUIRALDELLI, 1998).

Enfim, a BNCC é um texto que apresenta acriticidade e para buscar soluções sobre essa problemática se busca a Educação Progressista que idealiza uma sociedade de raízes democráticas com menores espaços entre as classes sociais no tocante às condições de vida.

Periódico: Educação em Revista

Título: Circulação de saberes psi e controle das condutas em currículos da educação física

Ano de publicação: 2017

A pesquisa objetivou examinar como o currículo escolar é inserido numa rede de poderes e como é sustentado por determinados tipos de saberes, sendo que a base teórica se apoiou na concepção de currículo como formador de identidades, o hibridismo cultural que se mostra na multiplicidade de concepções curriculares presentes no cenário educacional atual. Dias e Lopes (2002), Macedo (2003) a hibridação que mobiliza alguns sentidos e reprime ou apagam outros. Dussel (2002), o enunciado que é uma série de signos em um único signo e se constitui na medida em que se possam descrever as condições de sua existência, suas regras e suas correlações com outros enunciados e a formação discursiva que é a possibilidade de

descrição de enunciados que determinam uma regularidade e um sentido. (FOUCAULT, 2000).

Nas considerações finais é evidenciado que os enunciados colocados nos documentos analisados prescrevem uma formação discursiva situada na psicologia educacional, em específico na teoria cognitivo comportamental. Também traz a gestão curricular como possibilidade de controle das ações pedagógicas dos professores para que haja um direcionamento didático pedagógico no intuito de cumprir a proposta curricular oficial. Quando existem falhas na implementação da proposta curricular são atribuídas aos professores pela desatualização e incapacidade de colocar o currículo proposto em ação.

Periódico: Cadernos de História da Educação

Título: Currículo e educação física: uma análise do documento de Minas Gerais de 1978.

Ano: 2018

O artigo objetivou colaborar para a produção do conhecimento sobre os currículos de educação física e suas ênfases teóricas, seus projetos e objetivos, seu processo histórico, à partir da análise de um documento de 1978 publicado pela secretaria de educação do estado de Minas Gerais. Para tanto foi concebido o currículo como uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA NETO, 2002).

Por fim o documento estudado permite inferir que ele apresentava um conservadorismo, baseado na aptidão física, no esporte e nas tendências psicologizantes, porém alguns avanços situados no movimento renovador da Educação de Física de 1980 com ressalte nas teorias críticas foram encontrados no documento.

Periódico: Tempos e Espaços em Educação

Título: Currículo, Educação Física e hibridismo: um olhar sobre as orientações curriculares para o ensino fundamental do estado da Bahia

Ano: 2018

O objetivo da pesquisa foi analisar o documento de Orientações Curriculares e subsídios didáticos para a organização do trabalho pedagógico no ensino fundamental de nove anos da Bahia, tendo como base epistemológica o referencial pós-crítico. Os pressupostos teóricos que sustentaram as analises foram cultura como uma condição constitutiva de qualquer prática social, uma vez que toda prática só adquire sentido no interior de um sistema que produz, partilha e confronta seus significados (HALL, 1997). O currículo, quando ancorado no quadro teórico delineado, passa a ser compreendido como uma prática discursiva, ou seja, uma prática de significação e de exercício de poder, na medida em que institui certos sentidos e tenta torná-los hegemônicos, porque supostamente são verdadeiros (LOPES; MACEDO, 2011). Teorias de currículo tradicionais, críticas e pós-críticas (SILVA, 2011). O hibridismo rompe com a ideia de pureza, de ligações rígidas e unívocas dos sentidos e das identidades, muito cara à modernidade, alegando que a complexidade dos atuais processos societários não admite a existência de uma identidade essencial e coesa e que, ao contrário disso, esses processos têm fabricado combinações particulares, produzindo novas formas culturais resultantes da aproximação, do cruzamento, do tensionamento e da fusão de elementos diversos (GARCIA CANCLINI, 2003).

Nas considerações finais se encontrou que o processo de hibridização é corrente no âmbito do documento estudado, pressupostos da teoria tradicional de currículo, tais como, tecnicismo, eficiência, padrões de desenvolvimento e competências estão imbricados com outros de teorias críticas e pós-críticas, porém é dúvida se nesse amalgama teórico a intenção que se teve foi manter as teorias tradicionais hegemônicas pela via da cooptação das teorias críticas e pós-críticas, ao oferecer pequenos espaços sem que a essência tradicional seja maculada ou se isso decorre de um pensar equivocado de aproveitar o “melhor” de cada teoria. Ressalta-se que determinadas concepções teóricas de currículo não se afinam com outras

Periódico: Emancipação

Título: A Educação Física escolar nas metas do Plano Nacional de Educação: Lei n.º13005/ 14

Ano: 2018

A pesquisa teve como objetivos analisar a Lei 13005/14 no que diz respeito aos pressupostos definidos para a área da educação física; analisar a concepção que norteia a sua

implantação; apontar caminhos que possibilitem compreender a finalidade da Educação Física escolar e possibilitar a reflexão a respeito de diretrizes que promovam a consolidação do aspecto formativo do sujeito. No corpo teórico da pesquisa em ressalte a concepção de Educação física escolar crítica caracterizada pela prática pedagógica autônoma, a qual viabiliza o avanço do conhecimento da área tendo em vista a emancipação humana e não descarta o esporte, porém ressignifico o pedagogicamente (CASTELLANI FILHO, 1998).

Nas considerações finais verifica-se que não há no documento analisado inferências diretas e específicas sobre a Educação Física escolar e seu trato pedagógico, apesar de todo conhecimento produzido pela área. O esporte e a educação física aparecem atrelados como se constituíssem o mesmo campo e a Educação Física é colocada a serviço do esporte de rendimento que são, traços das vontades das classes dominantes.

Periódico: Motrivivência

Título: A Educação Física no Ensino Médio ou para entender a era do gelo

Ano: 2017

O artigo objetivou discutir a conjuntura que leva às recentes reestruturações no Ensino Médio brasileiro, assim como as tensões que historicamente estiveram em jogo nas disputas pelas finalidades desta etapa da escolarização e suas implicações para a Educação Física e teve como referencial teórico as concepções que afirmam que as competências ensinadas na escola passam a pretender garantir, quando muito, a empregabilidade, desde que estas competências sejam validadas pelo próprio mercado (FRIGOTTO, 2013). Stephen Ball, sociólogo inglês que para compreensão das políticas educacionais usa a noção de "ciclo de política", sublinha que um ciclo contínuo de políticas, estabelece três contextos no processo de formulação de uma política (contexto de influência, contexto de produção e contexto da prática). São contextos e âmbitos inter-relacionados, contínuos e não lineares. "cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates" (MAINARDES, 2006).

Por fim se verificou que a Educação Física foi retirada dos componentes curriculares obrigatórios pela MP 746 e o componente curricular antes resguardado por dispositivos legais deverá demonstrar sua validade para o desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo, da saúde e para a ampliação cultural, ética e estética, pois somente assim com apelo e pressão popular poderá ser revista essa decisão do legislador

Periódico: Motrivivência

Título: The education project for school physical education: a look at the educational policies of the last twenty years

Ano: 2020

Analisar as políticas públicas nacionais no que se refere à área da Educação Física escolar, evidenciando quais as contradições e contribuições para a formação dos alunos, na etapa da Educação Básica foi o objetivo prescrito pela pesquisa, sendo que as concepções foi de cultura corporal como uma expressão humana de ampla relevância e que requer a designação de metas comuns, sem desconsiderar as particularidades de cada região, ou seja, convergindo em uma concepção mais universalista de cultura. (CUCHE, 2002)

O artigo é finalizado com a consideração que as políticas educacionais estudadas são marcadas por um projeto neoliberal de sociedade e que suas constituições tiveram um mote antidemocrático também se faz importante o contraponto de professores, alunos e todos os envolvidos na educação para a transformação social, tendo em vista a consolidação dos direitos sociais coletivos.

## 6.Análises da categoria objetivos

Segundo Silva (1996) as teorias curriculares intentam responder às seguintes indagações: o que se deve ensinar? Quais as identidades estão sendo construídas? Quais as relações de poder permeiam essa construção? Os objetivos apresentados pelos artigos têm dentre seu escopo as indagações que sempre serão levantadas pelas teorias curriculares e elas convergem na formação de identidades a favor de algum grupo social e analisar como os grupos estão presentes nas políticas curriculares se faz necessidade para verificação de quais grupos estarão na identidade e quais estarão na diferença.

Silva (1996) afirma que as teorias tradicionais intentam preparar o indivíduo para adaptar-se à sociedade, tendo como base os pressupostos capitalistas, já as teorias críticas denunciam que a ideologia dominante transmite e reproduz seus interesses por meio das disciplinas e conteúdos escolares, sendo que um trato no conhecimento de maneira crítica tendo em vista uma mudança de consciência dos educandos poderia transformar a sociedade;

as teorias pós-críticas, por sua vez, colocam o currículo como prática de significação e subjetivação nas diversas relações de poder que compõem a sociedade, sendo as mais comuns, de raça, etnia, gênero e sexualidade. Macedo (2006) afirma que as políticas de currículo influenciadas pelas teorias tradicionais buscam lograr um projeto de cultura comum ou/e da performatividade. O currículo da cultura comum é selecionado da cultura geral com objetivo de perpetuar uma identidade identificada como "nacional" com poucos espaços de manifestação de outras culturas. Já na cultura da performatividade, o currículo é colocado como elemento que garanta um desempenho desejado pelo mercado e pelas sociedades capitalistas.

Segundo Macedo e Ranniery (2018) as políticas curriculares são normas que intentam gerir populações e ao se verificar os objetivos dos artigos analisados as identidades pretendidas pelas políticas de currículo interferem na sociedade e elas são as que condizem com um indivíduo uno, tendo como referência a nação e com pressupostos vinculados ao mercado.

Para Ball (1994) uma análise das políticas educacionais deveria ir além da ação do Estado e valorizar todo o processo, pois as leis e normativas oficiais são as representações da política, mas não são a política. Os artigos apresentados têm como objetivo a análise documental da intencionalidade dos legisladores, porém não se verificou estudos sobre os impactos da legislação no cotidiano escolar nem mesmo no artigo "Currículo e educação física: uma análise do documento de Minas Gerais de 1978" que já poderia ter um olhar para a implementação do documento produzido em 1978, porém não inferiu sobre a implementação dessa política.

## 7.Análises das categorias concepções de currículo/ considerações finais

Tavano e Almeida (2018) analisaram as comunidades disciplinares que são comuns no âmbito das discussões sobre currículo educacional, sendo ela composta por um grupo de profissionais que se juntam ao redor da sua especialidade disciplinar e sustentam barreiras a outras especialidades que impedem que essas adentrem ao seu campo disciplinar e essas são colocadas como diferentes e pertencentes a outras disciplinas.

Macedo (2006), ao tratar das políticas de currículo, afirma que um dos influenciadores principais nessas políticas são os grupos epistemológicos denominados como comunidades

epistêmicas que são coletividades de especialistas que compartilham ideias, valores e regimes de verdades. As comunidades epistêmicas detêm relevante posição social pelo conhecimento que veiculam e a partir desse saber-poder reivindicam autoridade para interferir nas políticas de currículo.

Ressalta-se que as comunidades disciplinares e epistêmicas apresentam diferenças, as disciplinares são organizadas pelo grupamento de profissionais especialistas e defendem suas fronteiras em nome de manter suas especialidades, já a epistêmica pode possuir componentes de outras áreas, porém com reconhecido saber sobre o tema que os unem. Pimentel Junior (2018) e Tavano e Almeida (2018) demonstram similaridades nas comunidades disciplinares e epistêmicas e afirmam que nesses âmbitos o processo de significação e ressignificação são constantes e os consensos são provisórios e contingentes. Há de se confirmar que os confrontos e conflitos no interior e exterior das comunidades são inerentes a sua organização, alguns grupos que detém o poder e tentam mantê-lo e outros que questionam e se opõem entram em embate, tendo em vista o domínio do campo.

Segundo Thiesen (2012) o Brasil republicano é marcado por um viés progressista com base autoritária e alinhado as demandas de uma sociedade neoliberal, ainda, o autor questiona até que ponto as teorias neos/pós conseguem desconstruir as metanarrativas das sociedades capitalistas. Para Macedo (2012) a racionalidade e a eficiência subsume a educação ao ensino e a autora acrescenta que muitas políticas são formadas por fragmentos dessa tradição.

Os artigos analisados demonstraram que os autores estão apoiados nas comunidades epistêmicas que situam o currículo no contexto da teoria crítica e pós-crítica e fazem críticas aos documentos oficiais que os artigos analisaram, pois senão no todo, mas em sua maior parte esses documentos vislumbram uma Educação Física com vistas a um currículo em bases da teoria tradicional. Assim nas políticas curriculares baseadas nos documentos oficiais as metanarrativas do capitalismo estão presentes como ideologia para sua produção.

Fato é que se apresenta uma contenda de um lado os autores com suas premissas das teorias curriculares críticas e pós-críticas e de outro lado os próprios documentos oficiais que versam sobre a Educação Física assentados em uma teoria tradicional de currículo.

O artigo “A Educação Física no Ensino Médio ou para entender a era do gelo” enfoca a disputa da comunidade disciplinar da Educação Física com outras disciplinas no âmbito do currículo escolar, pois em um documento oficial analisado não coloca o componente curricular como obrigatório e se identifica a existência de tensões entre as comunidades

disciplinares em se fazer presente nos currículos por uma legitimação via uma normativa oficial.

Costa e Lopes (2016) afirmam que as comunidades disciplinares em uma perspectiva pós-estruturalista são compostas por subjetivações provisórias no campo discursivo da disciplina, subjetivações que se traduzem nas disciplinas pelos seus conceitos e concepções. Os autores ainda enfocam que fatores externos as comunidades não são secundários como afirma Goodson (1995), apresentam sim relação direta e de poder com a comunidade disciplinar. Assim uma demanda social, considerada por Goodson (1995) como secundária a conformação da comunidade disciplinar, se relaciona com a comunidade disciplinar e com os discursos ali presentes, podendo confirmá-los ou alterá-los sempre de maneira contingente.

Estudos tendo em vista a conformação da comunidade disciplinar da Educação Física e sua relação com as políticas de currículo nem na perspectiva de Goodson e nem em uma vertente pós-estrutural não foram identificados e isso se coloca como possiblidade de outros estudos.

Das concepções apresentadas pelos artigos, se tem todos relacionados às vertentes críticas e pós-críticas com os principais conceitos, currículo, cultura e poder, sendo o currículo mencionado como uma produção discursiva relacionada à cultura e que produz e valida determinados significados e invalida outros. As considerações finais dos artigos analisados têm em vista uma crítica na organização social conservadora prevista e defendida pelas políticas de currículo expressos em documentos oficiais.

## 8.Considerações Finais

Os artigos analisaram os documentos oficiais e em seu escopo um tom denunciatório sobre a construção dos documentos no que tange a falta de participação dos atores na construção ou dos impactos que políticas conservadoras podem trazer, enfatizando as injustiças sociais e a manutenção de uma sociedade à favor de determinados grupos culturais, porém são prognósticos dos impactos, sendo que se carece de estudos da implementação e avaliação das políticas curriculares de Educação Física no âmbito da escola.

O que chama atenção são as marcas das teorias tradicionais que elevam aspectos conservadores e de manutenção da organização social dentro das políticas de currículo e essas

premissas são questionadas pelas vertentes críticas e pós-críticas situadas como base conceitual dos artigos analisados.

Enfim, a avaliação e implementação das políticas curriculares de Educação Física e os motivos que o campo epistemológico dominante das teorias críticas e pós-críticas impactaram pouco as políticas de currículo são espaços não cobertos pelas pesquisas no período de tempo entre 2017 a 2020.

## 9.Referências


BALL, Sthepan John. **Educational reform**: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press. 1994

COSTA, Hugo Heleno Camilo; LOPES, Alice Casimiro. A comunidade disciplinar em goodson: impasses em um registro pós-estrutural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 67, p. 1009-1032, 01 out. 2016. Trimestral.

GOODSON, Ivor Frederick. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOPES, Alice Casimiro et al. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 109-18, 01 maio 2004. Quadrimestral.

MACEDO, Elizabeth. A diferença nos PCN do Ensino Fundamental. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (orgs). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 159-186.

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 147, p. 716-737, 01 set. 2012. Quadrimestral.

MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. Políticas públicas de currículo: diferença e a ideia de público. **Currículo Sem Fronteiras**, Brasil, v. 18, n. 3, p. 739-759, 01 set. 2018. Quadrimestral.

MACEDO, Roberto Sidnei. Atos de currículos: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares. **Formacce**, Bahia. v.13, n.3, p. 427-435, set./dez. 2013, \

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008. Qadrimestral.

OLIVEIRA, Ozerina Victor.; DESTRO, Denise .Souza. Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.28, jan./abr. 2005. Quadrimestral.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de et al. Composições possíveis em pesquisas sobre políticas curriculares. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo et al. **Políticas de currículo e escola**. Campinas: Unicamp, 2012. Cap. 1. p. 1-176.

PIMENTEL JÚNIOR, Clívio. Políticas curriculares, diferença, pertencimento: ponderações sobre o uso do conceito de comunidades epistêmicas em chave pós-estrutural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 41, n. 19, p. 213-241, 01 set. 2018. Quadrimestral.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

TAVANO, Patricia Teixeira; ALMEIDA, Maria Isabel de. Currículo: um artefato sócio-histórico-cultural. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 29-43, 1 abr. 2018. Quadrimestral.

THIESEN, Juarez da Silva. O que há no “entre” teoria curricular, políticas de currículo e escola? **Educação**, Porto Alegre1, v. 35, n. 1, p. 129-136, 01 jan. 2012. Quadrimestral.